

Vera Rodrigues¹

**VIDAS NEGRAS IMPORTAM:
O QUE DIZEMOS NÓS MULHERES NEGRAS
ATIVISTAS, INTELLECTUAIS E ARTISTAS**

***BLACK LIVES MATTER:
WHAT WE SAY BLACK WOMEN ACTIVISTS,
INTELLECTUALS AND ARTISTS***

¹ Unilab- Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira, email: verare.rodrigues@gmail.com.

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar o entendimento de mulheres negras intelectuais, ativistas e artistas sobre o Movimento “Vidas Negras Importam”, especialmente no cenário brasileiro. A perspectiva teórica e política que perpassa esses depoimentos dialoga com o feminismo negro e a luta antirracista.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres negras; racismo estrutural; vidas negras.

ABSTRACT

This article aims to present the understanding of black intellectual women, activists and artists about the Movement “Black Lives Matter”, especially in the Brazilian scenario. The theoretical and political perspective that permeates these statements dialogues with black feminism and the anti-racist struggle.

KEYWORDS: black women; structural racism; black lives.

QUEM MORRE? QUEM MATA?

Era maio de 1987 na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Eu, jovem negra com 20 anos à época, voltava para casa em um ônibus lotado, depois de um dia de trabalho no centro da cidade. Quando o ônibus trafegava pela avenida Bento Gonçalves começou a diminuir a velocidade. Normalmente, isso ocorria por conta da proximidade com os pontos de parada de ônibus em que muitos passageiros aguardavam a sua vez para embarcar rumo a bairros como Partenon, Agronomia, Lomba do Pinheiro ou ainda a municípios da região metropolitana como Viamão. No entanto, naquele fim de tarde, a razão era uma aglomeração de pessoas e viaturas da polícia militar em torno de um supermercado. Acontecera um assalto. Dentro do ônibus nossos olhos assustados e curiosos buscavam ver o que ocorria. Eu, jovem negra, só queria chegar em segurança, viva, em casa.

Nos dias seguintes as manchetes dos jornais locais estampavam o fato que ficou conhecido como o Caso do Homem Errado¹. O operário Júlio César de Melo Pinto foi “confundido” com os assaltantes do supermercado e, isso resultou na sua execução por policiais militares. A denúncia e repercussão do caso, se deu pelo registro fotográfico de um jornalista que mostrava Júlio César vivo na viatura militar que o conduziria à delegacia. No entanto, Júlio César, um homem negro, chega morto ao Pronto Socorro Municipal de Porto Alegre/RS. Organizações do movimento negro gaúcho e de direitos humanos denunciaram o caso. Houve cobertura da imprensa, inquérito policial, algumas condenações e muitas perguntas: Para as mulheres da família de Júlio César, mãe e esposa, restou o que a escritora Vilma Piedade (2017) nomeia como “dororidade”. Trata-se de um sentir. De uma dor que “contém as sombras, o vazio, a fala silenciada, a dor causada pelo racismo. E essa dor é preta”. E essa dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele por dizer muito de trajetórias coletivas de vida marcadas pela experiência comum do racismo, especialmente o racismo que mata. Estruturalmente mata.

Isso ficou latente, 30 anos depois, em 2017 quando as cineastas Camila Moraes e Mariani Ferreira, mulheres negras e ativistas antirracistas, lançaram o longa-metragem “O caso do Homem Errado”¹ em que a mãe de Júlio César opta pelo silêncio diante da dor da perda do filho. Já a viúva dele, traduz em lágrimas e em questionamentos toda sua dor. Ela diz: “sei que hoje estamos vivendo dias bem violentos, mas cada vez que vejo brigadianos [policiais militares] revistando ou prendendo alguém me vem uma dor e uma dúvida: será que essas pessoas presas não são inocentes?”

O questionamento dela se relaciona à presunção de inocência ou não culpabilidade que todo cidadão brasileiro faz jus, segundo o Artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal de 1988. No entanto, a suspeição marca os corpos negros de forma indelével. A consequência disso é o racismo institucional praticado por forças de segurança pública que torna tão urgente o debate sobre o genocídio

¹ Para detalhes sobre o longa-metragem ver: Camila de Moraes fala sobre seu filme O Caso do Homem Errado. Tv Brasil. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=L-xkZDTm4Y4&feature=emb_rel_end Acesso: 16Jul2020

contra a população negra, especialmente jovens negros. Na fala da cineasta Camila Moraes², esse filme trata do “extermínio da juventude negra”. E a “gente precisa falar sobre isso”.

Essa perspectiva ficou evidente desde o dia do lançamento do filme em Porto Alegre. Naquele dia foi organizada uma marcha no centro da cidade até o Cine Capitólio, onde ocorreria o lançamento. Durante a marcha uma faixa chamava a atenção “Vidas Negras Importam”. Essa expressão tem uma historicidade em outro corpo negro assassinado.

O movimento “Vidas Negras Importam” decorre do assassinato do jovem negro Trayvon Martin, em 2012, na cidade de Sanford, nos Estados Unidos. Ele foi morto aos 17 anos, enquanto caminhava à noite pelas ruas do seu bairro, por um vigilante comunitário de origem hispânica. O vigilante alegou legítima defesa em face do rapaz estar usando capuz e representar uma possível ameaça, o que nos remete a figura do suspeito padrão: jovem, negro, usando peças de roupa como capuz ou boné, consideradas sinais de criminalidade. O caso deflagrou protestos e intenso debate em torno das relações raciais no contexto estadunidense.

Em 2013, por ocasião do julgamento do crime, já estava configurado um cenário de crime racial. E foi nesse clima que foi declarada pela justiça, a inocência do acusado sob a alegação de legítima defesa. Esse foi o estopim para o movimento “Vidas Negras Importam” protagonizado por três mulheres negras: Alicia Garza, escritora, integrante da Aliança Nacional de Trabalhadoras Domésticas³; Patrisse Cullors, artista e membra da Coalizão contra a Violência Policial em Los Angeles; e Opal Tometi, da Aliança Negra pela Imigração Justa. A potência do movimento se faz sentir nas palavras de suas fundadoras:

Bem... hashtags não criam movimentos. As pessoas fazem isso. No entanto, estamos plenamente conscientes de que não inventamos o ato de lutar por nossa liberdade. Isso sempre fez parte da história dos negros e *Black Lives Matter* é simplesmente uma extensão desse rico legado. (...) A luta é maior do que nós - e sempre foi. (Alicia, Garza, 2017 [entrevista], tradução livre)³

Eu acho que esses protestos [caso George Floyd] são enormes, de uma maneira que não os vemos há anos, por várias razões. Número um: tivemos que viver quatro anos sob o regime de Trump que devastou completamente as comunidades financeira, espiritual e emocionalmente. E número dois, ainda lidamos com anos de brutalidade policial, violência policial e terror policial, sem nenhuma responsabilização. Esta geração está cansada. Basta é basta. (Patrisse Cullors, 2020 [entrevista], Carta Maior)⁴

Sou uma das co-fundadoras da plataforma Black Lives Matter e da rede baseada em capítulos. Lancei os canais de mídia social e o site depois que soube da absolvição ultrajante de George Zimmerman – que assassinou Trayvon Martin, de 17 anos. Eu estava particularmen-

² Ver: Camila Moraes fala sobre seu filme “O caso do Homem Errado”. Agência Brasil. 2020. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/fique-ligado/2018/12/camila-de-moraes-fala-sobre-seu-filme-o-caso-do-homem-errado> Acesso em: 06.06.2020

³ Entrevista completa disponível em: <https://aliciagarza.com/black-lives-matter-101/> Acesso em: 08.06.2020

⁴ Ver: Entrevista com Patrisse Cullors, co-fundadora do “Black Lives Matter”. Portal carta maior. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Antifascismo/Entrevista-com-Patrisse-Cullors-co-fundadora-do-Black-Lives-Matter-/47/47698> Acesso em: 08.06.2020

te indignado porque meu irmão mais novo tinha 14 anos na época e eu não podia imaginar que ele estaria crescendo em uma sociedade que tão claramente negaria justiça pelo assassinato nas mãos de um vigilante. Eu sabia que não era só sobre um incidente, mas sobre sistemas e uma sociedade que não valorizava a vida negra. (...) Sou levada a fazer trabalhos de direitos humanos por causa do meu amor e paixão pelas comunidades negras ao redor do mundo. Como uma nigeriana-americana de primeira geração e uma mulher negra que chegou à maioria em um ambiente conservador, muitas vezes lidei com muita agressão e testemunhei muitas injustiças. (Opa Tometi, 2020 [entrevista], tradução livre)⁵

A luta protagonizada por essas mulheres ecoou até 2020 quando explodem os protestos pelo assassinato de George Floyd. “No justice. No Peace” se tornou uma voz uníssona nas ruas de muitas cidades norte-americanas. Os confrontos e protestos entre grupos de supremacistas brancos e opositores também. Do lado de cá, na *terra brasilis*, corpos negros também tombam por balas “perdidas” de fuzil a caminho da escola, do trabalho ou simplesmente na porta de casa. Seus nomes se perdem nas estatísticas que informam que a cada 23 minutos um jovem negro morre no Brasil. Entre vítimas mulheres, os nomes de Claudia Silva Ferreira (2013) e Marielle Franco (2018) guardam entre si além da repercussão dos casos, a não resolução e punição dos envolvidos. A mortalidade negra contemporânea também é exacerbada pelo contexto da pandemia Covid-19, em que o perfil dos óbitos é de homem negro, pobre e periférico. Enquanto esse texto é escrito, dados do Ministério da Saúde⁶ indicam que a população negra é a maioria entre as vítimas da Covid-19 com 57% de mortes e entre os brancos esse percentual atinge 41%. Se esses dados impactam – ou deveriam – ainda que haja a possibilidade de subnotificação, o que isso nos diz sobre desigualdades etnicorraciais? Em recente fala, a antropóloga e pedagoga Nilma Gomes (2020), enfatiza que o racismo estrutural produz desigualdades estruturais que se fazem sentir nas disparidades, por exemplo, no acesso à saúde pública da população negra. Essa população que habita as vilas, favelas e quilombos sente na pele que a pandemia não é democrática não atinge a todos uniformemente. Se assim for, podemos entender que buscar entender e criar mecanismos de enfrentamento aos mecanismos dessas “mortes seletivas” – simbólicas ou efetivas - é parte da nossa tarefa como intelectuais, artistas ou ativistas comprometidas com a luta antirracista.

O QUE DIZEMOS NÓS MULHERES NEGRAS INTELLECTUAIS, ATIVISTAS E ARTISTAS?

Muitas de nós, mulheres negras, conhecem a imposição do silêncio em nossas vidas. Não falar no privado: em casa, no âmbito familiar. Não falar em público: no trabalho, na universidade. Nossa voz e, portanto, nossa existência é silenciada na articulação das opressões que nos atingem: racismo e machismo. Em

⁵ Ver: Tometi, Opa. Site Opal Tometi. Disponível em: <https://www.opaltometi.org/opal-tometi-black-lives-matter/> Acesso: 08.06.2020

⁶ Ver: Boletim Epidemiológico Especial COE-COVID 19. Ministério da Saúde. 2020. Disponível em: <https://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/09/2020-05-06-BEE15-Boletim-do-COE.pdf> Acesso em: 06.06.2020.

hooks (2019) a autora nos convida a “fazer a transição do silêncio à fala e, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento.

Esse ato de fala, “de erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito - a voz liberta. Por isso quando erguemos nossa voz para dizer “**Vidas Negras importam**” estamos nos colocando na posição de sujeitos que rejeitam a imposição da morte. Que se insurgem contra a subalternização da nossa existência. Que se revoltam contra a degradação da nossa dignidade humana. Erguemos nossa voz porque queremos respirar. Não continuarão a nos silenciar e/ou nos impedir de respirar. Foi nesse tom de chamada que três mulheres negras referências para a luta antirracista se pronunciaram sobre a contemporaneidade brasileira em relação às vidas negras. Em abril de 2019, a filósofa e ativista Sueli Carneiro⁷, 70 anos, fez a seguinte análise sobre o papel das mulheres negras no ativismo e as vidas negras:

Ela destacou as motivações que guiam sua escrita. Contou que começou a escrever motivada pela vontade de falar, mas que não conseguia “pela timidez resultante da deslegitimação histórica da auto-ridade de fala das mulheres e das mulheres negras, em particular”. “Como disse Bell Hooks, mais do que qualquer grupo de mulheres, as negras têm sido consideradas só corpos sem mente. E aqui estou eu nesta noite, realizando sonhos não ousados, fruto da generosidade e do acolhimento, não apenas dos meus discursos, mas sobretudo de reconhecimento de realidades e vivências cruéis que pessoas negras experimentam nessa sociedade e contra as quais tem que estar sempre em luta, sempre alerta, em legítima defesa”, afirmou. (...) Sueli também pontuou que seus escritos são resultantes das dores causadas pelo racismo e pelo sexismo, tanto no passado quanto no presente, e citou questões que considera a “argamassa” de sua literatura: “São produto de algum momento dessa luta permanente, a qual as pessoas negras estão condenadas para assegurar o direito à vida, sempre ameaçado, para alcançar a igualdade de oportunidades de direitos, sempre negados; para ter o direito a uma representação justa e para alcançar reconhecimento e justiça social”.

Essa luta permanente por assegurar direitos, entre eles o da própria vida, como dito por Sueli Carneiro é o ponto em que nos encontramos agora, em pleno contexto do que ela também nomeou em outra ocasião como o de “uma violência racial explícita”. Diante desse contexto a fala da filósofa convida à organização coletiva. Por isso, ela diz “organizem-se”. Essa organização tem se dado, por exemplo, com o crescente número de coletivos de mulheres negras criados nesse período entre 2016-2019, os quais vão desde o foco nas pré-candidaturas femininas e negras para as eleições municipais como “Movimento Negras Vozes” (SP) ou “Mulheres Negras Decidem”, o qual está presente em 16 estados brasileiros com uma pauta comum de oposição aos avanços de um conservadorismo racista e fascista, além da defesa da democracia. Com outros direcionamentos como garantia de direitos, formação e representatividade temos, dentre outros, Coletivo Atinuké (RS),

⁷ Ver: Sueli Carneiro – Organizem-se porque não há mais limite pra a violência racista. Jornal Sul 21. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2019/04/sueli-carneiro-organizem-se-porque-nao-ha-mais-limite-para-a-violencia-racista/> Acesso em: 06.06.2020

“TamoJuntas” (BA), “Rede de Mulheres Negras” (CE), “Mulheres Negras Resistem” (CE), “Coletivo Filhas do Vento” (PE) e “Rede de Formações para Mulheres Negras, Afro-indígenas e Indígenas do Acre” (AC). Em uma perspectiva do ciberativismo de mulheres negras abordado por Barros (2009) e Silva (2019), cabe destacar a iniciativa do movimento “EleNão” em que a publicitária baiana Ludmila Teixeira deu início nas redes sociais a um movimento de oposição à candidatura representativa de um projeto de governo atrelado às forças conservadoras do país que atingiu milhões de seguidoras em poucos meses. Essas são iniciativas que apontam para as vozes femininas e negras que se erguem no contexto brasileiro.

Em janeiro de 2020, quando o processo de ruptura democrática ganhava cada vez mais contornos de uma violência racial explícita contra a população negra, a escritora Conceição Evaristo, 73 anos, publica o poema “Tempo de nos Aquilombar” que nos provoca à reflexões conjugadas com ações estratégicas para enfrentar o momento de discursos de ódio com práticas correspondentes.

É tempo de caminhar em fingido silêncio,
e buscar o momento certo do grito,
aparentar fechar um olho evitando o cisco
e abrir escancaradamente o outro.

É tempo de fazer os ouvidos moucos
para os vazios lero-leros,
e cuidar dos passos assuntando as vias
ir se vigiando atento, que o buraco é fundo.

É tempo de ninguém se soltar de ninguém,
mas olhar fundo na palma aberta
a alma de quem lhe oferece o gesto.
O laçar de mãos não pode ser algema
e sim acertada tática, necessário esquema.

É tempo de formar novos quilombos,
em qualquer lugar que estejamos,
e que venham os dias futuros, salve 2020,
a mística quilombola persiste afirmando:
“a liberdade é uma luta constante”.

As estrofes finais dos versos da escritora ao mesmo tempo que saúdam o ano de 2020, também nos lembram que “a liberdade é uma luta constante”. No Brasil é uma luta que perdura há muito tempo, especialmente pensando a população negra. São 132 anos de uma abolição inacabada (1888). Um processo que acomodou privilégios e orquestrou desigualdades. Desse período, 32 anos são de uma jovem democracia em que obtivemos uma Constituição Federal (1988). Nas Palavras da então Constituinte Benedita da Silva⁸ esse era o momento em que: “Queremos proclamar a nossa abolição. Não é ódio, nem rancor, apenas um grito de liberdade!”

Benedita complementou essa fala enfatizando que: “A verdade é que a consciência negra brasileira foi importante para que nós tivéssemos tido realmente uma Constituição que não dependia pura e simplesmente da vontade do

⁸ Ver: O Movimento Negro e a Constituição de 1988: uma revolução em andamento. Unisinos. 2020. Disponível em: <http://unisinos.br/blogs/neabi/2019/01/25/o-movimento-negro-e-a-constituicao-de-1988-uma-revolucao-em-andamento/> Acesso: 06.06.2020

poder executivo, e sim transformar isso em programas e políticas sociais”. A expectativa de Benedita nos programas e políticas sociais poderia impactar no quadro social imposto à população negra nos anos 60 na ótica que Gonzalez (1984) tratou de questionar em “Lugar de Negro”:

O golpe de 1964 procurou estabelecer uma “nova ordem” na sociedade brasileira, já que de acordo com aqueles que o desencadearam, “o caos, a corrupção e o comunismo” ameaçavam o país. Tratou-se, então, do estabelecimento de mudanças na economia mediante a criação do que foi chamado de um novo modelo econômico em substituição ao anterior. Mas para que isso se desse, os militares determinaram que seria necessário impor a “pacificação” da sociedade civil. E a gente sabe o que significa esse termo, pacificação, sobretudo na história de povos como o nosso: o silenciamento, a ferro e fogo dos setores populares e de sua representação política. Ou seja, quando se lê “pacificação”, entenda-se repressão. (Gonzalez, 1982, p.11)

A leitura de Lélia Gonzalez (idem) nos conduz à percepção de que essa “nova ordem” conduz ao “lugar de negro” como o “lugar natural” previsto em Aristóteles. Ou seja, o espaço social dividido entre dominantes e dominados, em que a “pacificação” cumpre o papel de manter os segundos em condições subalternizadas de moradia, emprego e baixos salários.

O tema de uma “nova ordem” é retomado em Marielle Franco (2018) quando a autora enfatiza a ruptura democrática que depôs a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e de como isso viria a impactar a população negra:

A conjuntura brasileira, determinada pelo cenário do golpe, marca-se, para além da correlação de forças políticas, favorável às classes dominantes e seus segmentos mais conservadores. Principalmente por alterações sociais significativas na esfera do poder do Estado e no imaginário. Trata-se de um período histórico no qual se ampliam várias desigualdades, principalmente as determinadas pelas retiradas de direitos e as que são produto da ampliação da discriminação e da criminalização de jovens pobres e das mulheres, sobretudo as negras e pobres. Este é um momento que asfixia o processo de democratização, aberto no fim da ditadura militar, e abre um novo cenário de crise, colocando desafios profundos para as esquerdas. (Franco, 2017, p.89-90)

As análises de Gonzalez (1982) e Franco (2017) dialogam no sentido de nos oferecer um olhar sobre o racismo estrutural pela lente de intelectuais e ativistas negras em diferentes momentos do cenário político brasileiro. Na sequência desses olhares propostos nesse artigo, compartilhamos uma fala atual da cantora Elza Soares⁹, 90 anos, sobre o racismo estrutural em que ela afirma: “O Brasil é o país mais racista que nós temos. A coisa aqui é braba, uma doença que não tem cura, uma situação absurda, nojenta. É a minha raça que estou vendo ser destruída, e é preciso dar um grito de basta”. Os trabalhos recentes de Elza deixam entrever esse grito de basta, um tanto preso na garganta, mas que insiste em não se calar. Na música “Negrão Negra” lançada em parceria com o rapper Flávio Renegado, ela expõe toda sua potência crítica e criativa sobre o racismo estrutural:

⁹ Ver: Elza soares, 90 anos. Portal O Globo/Cultura, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/celina/elza-soares-90-anos-a-minha-raca-que-estou-vendo-ser-destruida-preciso-dar-um-grito-de-basta-24483268> Acesso em: 06.06.2020

"Nunca foi fácil
 Nunca será
 Para o povo preto
 Do preconceito se libertar
 Sempre foi luta
 Sempre foi porrada
 Contra o racismo estrutural
 Barra pesada
 Negão, negão, negão, negão (refrão 8 x)
 Fala pro homem cordial e sua falha engrenagem
 Sou corpo livre, com amor, cor e com coragem
 Pra cada um que cai, choramos rios e mares
 Mas nunca calaram as nossas vozes milhares
 Sem gêneros ou preceitos, Humanos em nova fase
 Wakanda é o meu mundo, Palmares o setor a base
 Quem topa esse role da asas a liberdade
 No feat filho do rei e a deusa Elza Soares
 Todos os dias me levanto
 Olho no espelho
 Sempre me encanto
 Com meu cabelo
 E a cor da pele
 Dos meus ancestrais
 Todas as noites no quarto escuro
 Peço a Deus e aos Orixás
 Que a escravidão não volte
 Nunca, nunca, nunca mais
 Negão, negão, negão, negão (refrão 8 x)

Da filosofia de Sueli Carneiro à musicalidade de Elza Soares são expressas trajetórias coletivas de vida que evocam a problemática racial perpetuada por gerações e gerações. Se considerarmos, a soma das idades das mulheres negras até aqui elencadas, são mais de 200 anos de embates e debates história da população negra brasileira. Se fizéssemos um recuo histórico com base nesse somatório chegaríamos ao século XVIII. Ou seja, do período dos corpos-negros-mercadoria, corpos-negros-escravizados, passando para o século XIX com corpos-negros-perseguidos, corpos-negros-marginalizados. No século XX são corpos-negros-subalternizados. e agora no século XXI são corpos-negros-matáveis. Quando as vidas negras importaram? É instigante pensar que essas mulheres, nessa altura da vida, ainda precisem dizer que "Vidas negras importam".

Também pode ser instigante pensar como para as novas gerações em áreas como a política abordam o racismo. Para a Deputada Estadual Erica Malunguinho¹⁰, mulher negra, trans, 38 anos, ao falar sobre o movimento "Vidas Negras

¹⁰Ver: Vidas Negras Importam feat. Youtube (Canal Galãs Feios) 2020 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=507&v=e9pss89K3x4&feature=emb_logo. Acesso em: 04.06.2020.

Importam” nos EUA e a sua repercussão no Brasil, ela ressalta que é preciso não medir diferentes contextos com a mesma régua, mas sobretudo chama atenção para a falta de letramento racial da população branca brasileira. Essa parcela populacional não entende a profundidade do racismo que atinge a população negra. Fica tudo na esfera da injúria racial sem a percepção do racismo como um sistema de poder, opressão que organiza as relações sociais. Ao questionar “Quem é você na fila do genocídio? Ela ressalta a condição de marginalidade que é imposta à população negra ao longo de uma vida. Ou seja, existe quem puxa o gatilho como é o caso do Estado, mas também quem mata por omissão. Isso, talvez, possamos interpretar como um “Vidas Negras não Importam”. O país foi alicerçado dentro de uma lógica racista que delimita as relações sociais. Ela ainda nos diz que o “projeto colonialista brasileiro se deu a partir da distinção entre pessoas brancas e não brancas”.

É nesse ponto que a fala de Erica Malunguinho se aproxima da escritora e artista Grada Kilomba, 52 anos, autora de “Memórias da Plantação”, um livro que ao tratar do racismo no cotidiano, a partir do olhar de uma mulher negra de origem africana vivendo na Europa, nos mostra as conexões entre diferentes contextos desse racismo cotidiano. Na entrevista ¹¹realizada em junho do corrente ano, ela enfoca o Brasil sob o ângulo de um país em que “o projeto colonial foi um sucesso”. Analisando, a partir do caso do assassinato de George Floyd, ela foi questionada sobre como a sociedade enxerga – ou não - o racismo. Ela responde que o grande centro dos conflitos humanitários mundiais é tratar o colonialismo como uma ferida do passado e que não precisa ser revista contemporaneamente. O colonialismo, segundo a autora, é uma ferida estrutural não tratada, dolorosa, por vezes infecciosa e que sangra. Muitas vezes, sangra até a morte. Além disso, o racismo está no cerne do colonialismo, antes na política europeia escravista, agora na política de imigração. É hierarquizante. Isso nos remete a uma atemporalidade do racismo com uma constante atualização do seu vocabulário. Em países como Brasil e Portugal, há o constante processo de negação do racismo, destaca.

Para Grada vivemos em um constante processo de negação. E isso não nos permite lidar com o racismo a partir dos sentimentos da culpa, vergonha, reconhecimento e, finalmente da reparação. Ao não vivenciarmos um processo de descolonização como países africanos o tiveram, em que procurou se mexer nas estruturas, sejam elas renomear monumentos e vias públicas ou ainda pela revisão do processo educacional. Nesse sentido, a fala dela nos incita a pensar o quanto o tema da retirada de estátuas alusivas à personagens coloniais das praças públicas, pode ser visto como um ato político decolonial.

Existe uma concretude desse racismo à brasileira que se traduz na violência a qual a população negra, especialmente jovens e mulheres, é cotidianamente submetida. Existem dados estatísticos que desvelam as taxas de feminicídio ou a quantidade de jovens negros que morrem por minuto no país, mas isso não

¹¹Ver: Freitas, Débora. CNN/Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/06/06/o-brasil-e-uma-historia-de-sucesso-colonial-lamenta-grada-kilomba> Acesso em: 06.06.2020.

impede a banalização da morte. São inúmeros os mecanismos usados para negar essa realidade que vão do discurso de ódio que culpa e criminaliza às vítimas até as *fake News* que deturpam, tornam rasa e ineficaz qualquer abordagem séria sobre o racismo como fator de risco para quem vive sob o manto de peles pardas e pretas.

Voltando à Grada, ela ainda nos diz que aposta na mudança via ocupação dos espaços de poder que permitem, por exemplo, atuar na legislação que nos é tão cara, por exemplo para questionar o encarceramento da população negra, a política antidrogas ou a garantia da efetividade das ações afirmativas. A sua leitura social encontra eco na fala de outra mulher negra; a ativista e política Vilma Reis¹², 51 anos. No cenário das eleições municipais ela se lançou pré-candidata à prefeitura de Salvador/Bahia dizendo que já era chegada a hora de “interromper a hegemonia branca na política”, pois “não cabe ser nega mansa num espaço de violência simbólica onde os brancos acham que é deles. Nossa presença é para dizer: não é! Viemos para disputar e pela porta da frente»

A disputa pela porta da frente, no caso das redes sociais, tem tido na filósofa Djamila Ribeiro¹³, 40 anos, um referencial importante. A presença dela e outras mulheres negras protagonizando o debate sobre racismo e temas correlatos, tem produzido efeitos de adesão ou rechaço, mas não ignorados. Ela também não deixou de se posicionar sobre o cenário racial contemporâneo ao chamar atenção para a dimensão dos protestos.

Ela os considera fundamentais, pois mostram as pessoas indo às ruas, resistindo. Além de colocar o tema em evidência no debate público. “É uma das maiores manifestações dos últimos tempos, que mostra um cansaço também da população em relação aos corpos negros sendo tratados de maneiras descartáveis e com desprezo. Por isso, é importante afirmar sempre que vidas negras importam, porque, do modo que são tratadas, a gente percebe que elas não foram construídas para importar”. Em seu livro “Pequeno Manual Antirracista”, a autora reforça a necessidade no foco da importância das vidas negras:

Como já afirmou a socióloga Denise Ferreira da Silva, o assassinato dos jovens negros deveria criar uma crise ética na sociedade brasileira. No entanto, não há revolta com tanto sangue derramado, enquanto há enorme comoção na mídia quando a violência tira a vida de uma pessoa branca. Devemos perguntar porque não se dá o mesmo valor a essas vidas. (Ribeiro, 2019, p.34-35)

A resposta ao porquê não se dá o mesmo valor à vidas brancas e negras no Brasil, pode estar tanto na falta desse “letramento racial” enfatizado pela deputada Erika Malunguinho quanto na diferença entre ser apenas “não racista” e “ser antirracista” como proposto por Djamila Ribeiro e pela pesquisadora e ativista Ju-

¹²Ver: Diálogos Insubmissos, Facebook, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/218366875326532/videos/276735140282969> Acesso em: 16.07.2020.

¹³ Ver: MELO, Giovana et al. Luta contra o racismo tem reforço nas obras de artistas e pensadores negros Portal Uai. 2020. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2020/06/05/noticia-e-mais,259160/luta-contra-racismo-reforco-obras-de-artistas-e-pensadores-negros.shtml> Acesso em: 05.06.2020.

liana Borges, autora do livro “O que é encarceramento em massa?” Para a autora¹⁴, “está na moda ser antirracista desde que gritar a indignação seja em inglês, seja “Black Lives Matter”:

(...) E o próprio “quintal” acaba esquecido. Você pode achar que eu fui agressiva com você. Mas não dá pra ter empatia diante da minha indignação? Se não pode ser seu filho, poderia ser meu primo. Ao falarmos que “Vidas negras importam” não estamos falando que outras vidas não importem, mas que, nesse momento, as vidas negras gritam urgência para existirem, como viralizou em cartaz essa semana. Não significa que ninguém importe, mas significa que minha vida e dos meus está em risco todos os dias. A gente não acaba com desigualdade falando de todo mundo, mas indo na raiz da questão e garantindo equidade.

Um exemplo do que significa ir a raiz da questão buscando via políticas públicas que sociedade e Estado convirjam para a garantia da equidade, vem da coordenadora especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR) no estado do Ceará, Zelma Madeira. Segue o depoimento¹⁵ que me foi dado recentemente por ela:

“É muito bom falar sobre “Vidas Negras Importam” porque nessa sociedade racista as pessoas acham que nós estamos querendo dizer que só as vidas negras importam e não é. É dizer que todas as vidas importam, inclusive a vida de negros e negras. Isso precisa ser dito todos os dias por nós. E isso vem lá da consciência nacional da abolição da escravidão, na qual nós ficamos entregues a nossa própria sorte ou azar. Isso porque, na verdade, ali em 13 de maio de 1888 eles disseram assim pra nós: ei, negrada! ei ex-cativo!, ei ex-escravizado! agora vocês são livres! E vieram para cima da gente com todo o viés liberal de que somos todos iguais, livres e a sociedade é solidária, fraterna e vai nos abraçar. Então, se nós não prosperarmos o problema fica por encargo e responsabilidade nossa. **Então, nunca foi preocupação da Consciência Nacional, do Estado nacional com o nosso futuro, sobrevivência física ou cultural. E aí a gente sabe o peso que tem os nossos corpos negros.** O que significa ter esse corpo negro. Eu posso ter vários títulos. **Você é doutora, Pós-Doutora, mas isso não exige ao sair na rua de todas as práticas racistas e de todo o tormento que vai passar esse corpo negro. E não é numa dimensão moral. Nossa análise, nosso viés não são morais. É mesmo social-histórico.** Veja de onde é que vem o abandono desse corpo negro, desta vida que pouco importa. A título de exemplo, a Mirtes, a empregada doméstica que levou o seu filho para o trabalho, algo que não podia porque o trabalho doméstico não é essencial. E aquele corpo negro não teve nenhuma importância. Vidas Negras não importam. A vida daquela criança jogada naquele elevador, tendo que por sua sorte ou azar apertar no botão certo, encontre sua mãe e se resolva. Uma criança de cinco anos. Isso vem a dizer dessa dimensão, do quanto nós precisamos ainda dizer e nós temos dito isso, **principalmente nós mulheres negras, ontem a gente lembrou muito isso, que nós estamos lembrando o tempo todo lembrando, chamando á sociedade brasileira para um novo pacto civilizatório onde coloque no centro que “Vidas Negras Importam”.**

¹⁴Ver: Borges, Juliana. Só Black Lives Matter ou Vidas Negras Importam? Portal Claudia/Abril. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/blog/diario-de-uma-quarentener/so-black-lives-matter-ou-vidas-negras-importam/> Acesso em: 16.06.2020.

¹⁵Depoimento concedido via arquivo de áudio e transcrito em 26 de julho de 2020. Grifos meus.

Um novo pacto civilizatório proposto por Zelma Madeira precisa perpassar a sociedade como um todo e isso obviamente, inclui o meio acadêmico. Nessa inclusão, a antropologia tem papel fundamental por tudo aquilo que já sabemos: o nosso “esqueleto no armário” que foi colonialismo em que a antropologia, nos seus primórdios, esteve envolvida. As teorias racialistas do século XIX impulsionadas por uma antropologia física que deu suporte à hierarquização da diferença e a biologização e, portanto, naturalização, das desigualdades advindas desses contextos. Na contemporaneidade, temos feito o “nosso dever de casa” com uma antropologia comprometida com temas e sujeitos até então marginalizados social e cientificamente. Assim, tem sido fundamental no caso brasileiro o comprometimento com as comunidades quilombolas, indígenas e as ações afirmativas, apenas para situar algumas questões. Nesse sentido, nosso último depoimento vem da antropóloga Joalice Conceição, professora na Unilab – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Ela nos aponta que o racismo está presente em todas as instituições e é preciso estarmos atentos e dispostos a tratar o tema:

As instituições estão infectadas pelo germe do genocídio, cujo alvo é a população negra. As instituições precisam, antes de mais nada, admitir que estão doentes para que possam se tratar, Vidas negras importam porque crianças, mulheres e homens negros têm direito de viver sem que seus pescoços sejam apertados, asfixiados, sem que seus rostos sejam esbofeteados. Vidas negras importam pelo direito de continuarmos vivos e vivas, a fim de ver filhas, filhos sobrinhos e netos crescerem e logrem o melhor da vida e assim possam continuar respirando o hálito puro expirado por quem nos criou. Deixem-nos viver! Vidas negras importam!

Se é possível resumir a ótica das mulheres negras intelectuais, ativistas e artistas compartilhada nesse texto, fiquemos com as frases finais de Joalice Conceição: Deixem-nos viver! Vidas negras importam!

REFERÊNCIAS

BARROS, Zelinda (2009). Feminismo negro na internet: ciberfeminismo ou ativismo digital? Disponível em: < https://www.academia.edu/1497162/Feminismo_negro_na_Internet>. Acesso em: 20Abr2019

FRANCO, Marielle. "A Emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada". In: Tem saída? Ensaios Críticos sobre o Brasil. BUENO, Winnie et al (Org.), Porto Alegre, Editora Zouk, 2017.

GONZALEZ, Lélia. "O Golpe de 64: o novo modelo econômico e a população negra". In: GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero Limitada, 1982;

HOOKS, bell. "Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra". Tradução de Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

PIEIDADE, Vilma. Dororidade. São Paulo: editora Nós, 2017.

RIBEIRO, Djamila. "Pequeno Manual Antirracista". São Paulo: Cia das Letras, 2019.

SILVA, Mona Lisa da. "Das Ruas ao Ciberespaço: ativismo e ciberativismo de mulheres negras na era virtual". Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB. [Dissertação]. Universidade Federal do Ceará-Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Fortaleza/Redenção, 2019.